

O CONSENSO DA PÓS-DEMOCRACIA NA FILOSOFIA POLÍTICA DE JACQUES RANCIÈRE

THE CONSENSUS IN POST-DEMOCRACY IN POLITICAL PHILOSOPHY OF JACQUES RANCIÈRE

Luis Felipe Garcia Lucas¹

Resumo: A sociedade é unida pelo sentimento de pertencimento dos indivíduos dentro de sua comunidade. Quando reivindicam sua parte no meio da distribuição, tem atenção e são entendidos, são criticados por um dissenso agonístico, mas também são apoiados, nunca demonizados. Deve haver discussão e assim chegar a um estado social desejável. Por meio dos debates, é possível chegar em resoluções favoráveis para todas as partes. Contudo, com o desenvolvimento da democracia e o advento dos espaços de discussões na perspectiva contemporânea, a democracia assemelha-se cada vez menos com o ambiente em que ocorre o dissenso para o bom desenvolvimento das sociedades. As estruturas políticas buscam abolir estes espaços, desejando imputar um consenso, este que não deve jamais ser contrariado, mas obedecido e seguido, caso contrário, todo aquele que se opõe ao consenso estatual de ideal se mostra um *inimigo* da sociedade e da boa estrutura democrática. Sobre esta busca em aniquilar as discussões sobre a validade das distribuições sociais e imputar o consenso inquestionável, os Estados contemporâneos se mostram contrários ao desenvolvimento dos espaços públicos de ação. De maneira que se utilizam de discursos sobre a liberdade e da ação democrática, mas ocultam sua verdadeira intenção, esta que é a de jamais questionar o *status quo*, ou seja, jamais questionar a estrutura de poder e aqueles que a comandam. A pós-democracia é uma estrutura que imputa o consenso e sustenta Estados oligárquicos controlados pelos poderes econômicos contemporâneos que se disfarçam sobre a fantasia de estruturas igualitárias, mas varrem para baixo do tapete aqueles que não servem ao seu consenso imposto.

Palavras-chave: consenso, pós-democracia, política, Rancière, dissenso.

Abstract: A society is united by the sense of belonging of individuals within its community. When they claim their share in the middle of distribution, they are attentive and understood, they are criticized by an agonistic dissension, but they are also supported, never demonized. There must be discussion and thus arrive at a desirable social state. Through the debates, it is possible to reach resolutions favorable to all parties. However, with the development of democracy and the advent of discussion spaces in a contemporary perspective, democracy is less and less like the environment in which dissent occurs for the good development of societies. The political structures seek to abolish these spaces, wishing to impose a consensus that should never be contradicted but obeyed and followed. Otherwise, anyone who opposes the state consensus of ideal shows himself an enemy of society and good democratic structure. On this quest to annihilate the discussions about the validity of

¹ Mestre em filosofia pela PUCPR – Pontifícia Universidade Católica, doutorando em filosofia pela UEL – Universidade Estadual de Londrina. ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-9712-7651>. E-mail de contato luis.felipe.garcia@uel.br. Professor de filosofia nos últimos anos do ensino médio desde 2020.

social distributions and impute the unquestionable consensus, the contemporary states show themselves contrary to the development of public spaces of action. In a way that they use speeches about freedom and democratic action, but hide their true intention, which is never to question the status quo, that is, never question the power structure and those who command it. Post-democracy is a structure that imputes consensus and sustains oligarchical states controlled by the contemporary economic powers that disguise themselves on the fantasy of egalitarian structures, but sweep down those who do not serve their imposed consensus.

Keywords: consensus, post-democracy, politics, Rancière, dissensus.

Introdução

No conceito de democracia sobre a proposta de interpretação apresentada por Jacques Rancière, entende-se que a democracia não pode ser entendida como um sistema político, nem deve ser pensada em um ambiente ou um espaço político no qual há a realização da distribuição policial dos sujeitos e das posições sociais ao qual cada indivíduo há de ser outorgado. Contudo, política deve ser pensado como a expressão da própria do ambiente onde se discuti a validade das distribuições e divisões realizadas pela estrutura policial (Rancière, 1996).

É notável fugir da tradição moderna de que todo conceito racional com abstração e subjetividade deve portar em si uma origem ontológica que fundamenta todas as relações. A política não é encontrada nas áreas da metafísica, muito menos nas artes empíricas de interpretação da realidade que permeia o pensamento contemporâneo; pelo contrário, ela se encontra no mais profundo da relação entre os homens, nas suas interações com os outros e com o meio social que o rodeia, superando, dessa maneira, a posição que afirma que o homem é naturalmente social e que seus caminhos o levam para a sociedade, como se fosse o fim último do indivíduo, o sumo bem dos homens² que os levaria à igualdade, concepção de origem dos filósofos clássicos. O objeto de busca dos indivíduos é a felicidade.

Com o advento do imperialismo e dos sistemas econômicos agressivos e totalitários privou-se os indivíduos de viverem de forma livre os aprisionando por causa do medo de que

² Sobre o conceito de sumo bem, podemos lembrar a discussão proposta por Luc Ferry (1951-), na qual discute sobre a relação do conceito de felicidade como a maior busca da natureza humana, contudo, não deve ser entendida de forma a ser comercializada pelos contemporâneos, pois a ideia de ser feliz tornou-se um produto do mundo capitalista extremo que é vivenciado pelos jovens do século XXI (Ferry, 2018). De maneira semelhante, Luiz Felipe Pondé (1959-), também discute sobre a questão da felicidade, como a originaria do marketing pessoal (Pondé, 2018), vendida nas redes sociais e comercializada pelos “gurus” da modernidade, portadores do segredo da essência humana e abandonando a individualidade e subjetividade tão marcante do homem, assim como ressaltava Immanuel Kant (1724 – 1804).

uma guerra estourasse a qualquer momento³. A hipótese de viver uma vida medíocre, motivo de deboche da parte daqueles que estavam ao seu redor por não disporem dos bens caros e expressivos, marcava a diferença entre os possuidores de status sociais e aqueles que viviam à margem dessa estrutura política. Os indivíduos, vistos como simplórios trabalhadores que apenas simbolizavam a mão de obra e nunca como verdadeiros agentes do agir político de uma sociedade real, foram divididos entre aqueles que possuíam muita parte, outros poucas e, por fim, aqueles sem nada (Rancière, 2012).

Atentar-se à busca por uma ontologia da política é dever da filosofia, não da política (Rancière, 1996). Ela não é um objeto de análise que deve estar presa dentro dos escritórios dos intelectuais que discorrem inúmeras páginas sobre a sua origem e que se esquecem que a real função da política encontra-se na prática, no meio público, no caminhar dos indivíduos por praças preenchidas por outros agentes sociais com individualidades distintas, ideias diferentes, mas que partilham de um mesmo sentimento: todos estão sobre a mesma possibilidade de serem ouvidos quando levantarem sua voz no meio daqueles que não os reconheciam. Por este motivo a política não é um conceito preso aos extensos livros e teorias robustas sobre a natureza humana, como entendiam os modernos e os especialistas, mas, sim, ação, reivindicação. É andar, é participar, é o grito dos indivíduos em meio ao palco social representado pela democracia. Política e democracia são causa e efeito do ato político e do litígio social.

A política fora dos escritórios

Sobre a relação que há entre a política, como uma questão utilitarista, e a democracia, como o palco de ação da política, é relevante refletir sobre o seguinte comentário:

As formas de sociedade de Lefort transitam do corpo (forma) para a carne (da democracia). A carne é um "elemento", como disse Merleau-Ponty, no sentido que os gregos deram ao termo. E nenhum elemento pode existir sem uma forma, nada é meramente carne, da mesma forma que nada é meramente terra, água, ar ou fogo. Formas

³ Segundo Rancière (2016): “O que os nossos governos melhor sabem fazer não é gerir a segurança, mas, sim, o sentimento de insegurança.”. O desejo dos governos oligárquicos, herdeiros do terrorismo e do sentimento de insegurança do imperialismo, é usar o medo do de fora para estruturar as sociedades pós-democráticas. (Neste trecho não foi adicionada o número da página, pois se trata de uma entrevista dada pelo autor).

de Sociedade tornaram-se assim para Lefort, estilos de configuração política da carne do social⁴. (PLOT, 2014, p. 2-3, tradução nossa):

Plot dá grande atenção para a perspectiva de Lefort⁵ sobre a relação entre a sociedade e a democracia. A sociedade deve ser vista como o corpo geral que manifesta a vontade dos elementos que a compõem, em caráter simbólico (Rancière, 2018). Em uma relação entre sujeito e objeto em um mesmo corpo ou sociedade, o autor emprega a seguinte exemplificação: enquanto um deve ser o agente que executa a ação e o outro o destinatário ou sofredor do ato, é impossível que tanto o sujeito quanto o objeto sejam atores e recebedores, pois há um pequeno vão entre o ato e o efeito (Plot, 2014). Quando uma mão está sobre a outra, o vácuo encontra-se entre a linha que divide a ação da consequência, sempre é uma mão que toca e outra que é tocada. Dessa maneira, a política encontra-se nesse vácuo de espaço, no choque entre os elementos que compõem o corpo social. Da mesma forma, Rancière escreve que política é espaço (Rancière; Panagia; Bowlby, 2001).

A reivindicação por participação e por reconhecimento do valor social é parte integral e necessária quando se analisa uma sociedade, um corpo social. O grupo A, por exemplo, reivindica que o grupo B não lhe dá valor, enquanto B não expressa reação sobre o questionamento de A, pois não vê real valor nas reivindicações do grupo oposto. O grupo A levanta sua voz em meio a um local público, como praças ou avenidas, chamando a atenção dos demais integrantes quando ocupa o local que acredita não dever ser preenchido, pois ele representa um vácuo entre a sociedade e a política. Um espaço longe da questão política.

Os indivíduos não desejam ver grupos excluídos reivindicando direitos nos ambientes públicos ao qual entendem como áreas de lazer, como por exemplo um parque, mas, sim, desejam passear com seus filhos, encontrar amigos ou mesmo não fazer nada, apenas perder tempo, como se aquele espaço fosse um local isolado ou moralmente afastado da possibilidade de ocorrer uma ação política, pois é um ambiente de lazer, um ambiente de reclusão da confusão policial. Quando esses locais se tornam campos protegidos por uma defesa do lazer privatizado dos indivíduos que comercializam o próprio ato mundano e que reivindicam a não necessidade de fazer nada pelo senso comum por meio do desejo dos

⁴ No original: “Lefort’s forms of society moved from the body (form) to the flesh (of democracy). Flesh is an “element,” as Merleau-Ponty said, in the sense the Greeks gave to the term. And no element can exist without a form. Nothing is merely flesh, in the same way as nothing is merely Earth, water, air, or fire. Forms of Society thus became for Lefort, styles of political configuration of the flesh of the social.”

⁵ Claude Lefort (1924 – 2020), importante pensador e historiador da filosofia, francês, nascido em Paris. Seus escritos são considerados alguns dos mais importantes quando se discute a questão da estrutura democrática na contemporaneidade.

indivíduos pela ociosidade política, eles se esquecem que as praças são os maiores palcos das ações sociais e a sua privação é um ataque à possibilidade de manifestação da democracia (Rancière, 2019).

Quando os locais ditos públicos se transformam em ambientes de manifestação da individualização e do processo de solidão não reflexiva do agente social contemporâneo, agente esse defensor da estrutura democrática, esses locais deixam de ser os palcos para o manifestar político da democracia, como entendido pelos gregos e reafirmado pelo pensador argelino.

O princípio fundamental da democracia é a ideia de um poder que não pertence a ninguém e que não pode ser acaparado em nome de nenhuma competência específica. É o que resumiam os dois princípios democráticos originários, o da tiragem à sorte e o da rotação rápida das funções. Estes princípios foram substituídos pelos princípios da representação e da eleição que são, na sua essência, princípios oligárquicos. (RANCIÈRE, 2019, p. 17)

Na contemporaneidade, o ambiente público virou o local de manifestação da “liberdade” oligárquica expressada pelas estruturas políticas ativas. Esses Estados são chamados de estruturas democráticas falsamente, elevando o conceito de popular como o inimigo do particular. Contudo, aqueles que se dizem defensores da democracia e da igualdade são os mesmos que não desejam ter o seu momento de lazer incomodado ou arruinado pela possibilidade de haver uma expressão política por perto.

Os indivíduos democráticos, dizem-nos, querem a igualdade. Mas a igualdade que eles querem não é senão a igualdade entre o vendedor e o comprador de uma mercadoria. O que eles querem, portanto, é o triunfo do mercado em todas as relações humanas. Desejo esse que os leva a quebrar qualquer entrave ao seu frenesim igualitário e consumista e, por conseguinte, a destruir as formas tradicionais de autoridade que impunham um limite ao poder do mercado, escola, religião ou família. (RANCIÈRE, 2019, p. 9-10)

A igualdade que é buscada pelos defensores do consenso harmonioso contemporâneo é a de comercialização de tudo e todos, rompendo com o limite das estruturas que mantinham uma sociedade incorporada, destruindo os elementos que a compõem (Plot, 2014) em prol de levar o indivíduo cada vez mais longe do palco político e afundá-lo em um consumismo contemporâneo, com fórmulas para que seja possível alcançar a felicidade, o amor, a riqueza e

a paz (Ferry, 2018), apenas depositando quantias exacerbadas de dinheiro para “gurus” ou “peritos” que vendem uma falsa imagem de felicidade nos meios digitais, em um agressivo marketing pessoal (Pondé, 2018).

Seguindo a crítica contra as estruturas democráticas contemporâneas que Rancière faz no decorrer de sua obra⁶ sobre a questão de uma pós-democracia, uma sociedade que busca o consenso e se afasta do dissenso, fundamentando-se sobre o pensamento ético e a estruturação de um novo modelo de estrutura política destoante da democracia em seu sentido original. Como foi observado e ressaltado até o presente momento, o indivíduo político contemporâneo insiste em se manter no *status quo* de consumista, seja para sustentar uma imagem amigável com aqueles que o rodeiam ou para com os espectadores casuais que o veem no meio social ou digital. Esta manutenção do *status quo* é feita sobre a imposição estatal do *ethos*, do modo de ser social que não pode ser questionado ou revogado. Sobre este *ethos* encontra-se o dissenso.

Aparenta ser completamente inimaginável um governo se declarar “antidemocrático”⁷, pois automaticamente será rotulado de anárquico ou totalitário. Todos esses conceitos e ideais geram comoções e medo nos indivíduos que constituem a comunidade, muitas vezes nem por reconhecerem realmente o terror que esses nomes carregam em si, mas pelas falas de terceiros que desejam levantar sua bandeira sobre seus adversários. Um partido que deseja ser visto como um representante do povo e como defensor da vontade pública só pode sustentar-se quando o adversário representar o completo oposto, caso contrário, eles teriam de ser realmente democráticos, como ressaltado pelo pensador argelino.

O princípio democrático não é o princípio de um regime político particular. É o princípio da existência da política em geral, o princípio que vem interromper o exercício ‘natural’ das formas de poder e da autoridade imanentes à reprodução da sociedade. Numa palavra, é o princípio que faz com que exista política e não apenas poder.
(RANCIÈRE, 2014a, p. 15):

⁶ Ressaltamos também que tivemos a oportunidade de discorrer mais sobre este tema em outros textos, ao qual se encontram disponíveis em outras revistas. Este tema também foi trabalhado por demais autores, contudo não há espaço para estendermos essa discussão agora, mas expressamos nosso desejo de aprofundar a mesma posteriormente em outros textos e com relação a outros autores que possuem uma ideia semelhante ou até contrária a de Rancière.

⁷ Ao escolher o termo antidemocrático, não nos referimos a uma estrutura governamental que seja sustentada sobre uma estrutura totalitária ou anárquica, pelo contrário, falamos de um governo na qual repensou a questão da democracia contemporânea e buscou um outro modo de aplicar a participação dos seus integrantes no meio político, contudo optou por não utilizar o termo democracia. De forma direta, falamos apenas de uma estrutura que não se autodeclare como democrática.

A democracia real rompe a estrutura de formas de poder⁸, elevando a política como o real campo de ação de todos, não apenas dos que possuem o status necessário para reivindicar participação no meio dos poderosos. Pensando o conceito de democracia é crucial entender que ao seguir a perspectiva de Rancière, pós-democracia e pós-política podem e devem ser entendidas como sinônimos⁹. Pois ambos os conceitos predizem o fim da prática política com a imposição da sociedade consensual.

O conflito social diante do consenso social

A partir deste ponto, é necessário compreender a visão de Rancière sobre o conceito de conflito social. De acordo com o questionamento proposto pelo filósofo sobre o funcionamento da política em relação ao conflito entre os agentes sociais, o fundamento que caracteriza um conflito como social é o desentendimento e o dissenso¹⁰ — ponto já discorrido anteriormente. Sendo assim, ao voltar a atenção para o conflito social, fala-se de um desentendimento, no âmbito conceitual, entre duas partes reconhecidas como integrantes validadas de uma sociedade. Mouffe (2015) reforça o conflito não deve ser entendido como uma disputa antagônica.

O indivíduo deve ser classificado como o *adversário* em uma estrutura conflitante de sociedade, nunca deve ser elevado ao conceito de *vilão*. Caso isso ocorra, o discurso pode ser elevado ao ponto de exigir a eliminação de outrem, que agora será visto como inimigo (Mouffe, 2003). Dessa maneira, o desentendimento e o litígio social são características de uma sociedade na qual os integrantes estão ativamente imersos na ação política, alicerçados sobre uma estrutura política democrática, saudável e ativa, que não está estagnada sobre a proposta policial hierárquica de repartição social¹¹ (Rancière, 1996).

⁸ Este conceito em Rancière vem de sua proximidade com o pensamento de Foucault.

⁹ Voltemos nossa atenção, nesse momento, para aquilo que antes foi chamado de pós-democracia, mas acreditamos que o termo pós-política possa ser mais coerente com a proposta de discussão, pois tal estrutura contemporânea nem mesmo é uma democracia, como é entendida por Rancière. Entendemos que a crítica de Rancière é direcionada contra as estruturas políticas, ao fazer política e ao afastamento da política e da democracia, essa segunda apenas representa uma ferramenta possibilitadora da primeira.

¹⁰ Referente a estes conceitos, tivemos a oportunidade de trabalhá-los em um texto anterior. Contudo, para que o leitor não se encontre a cegas neste texto, gostaríamos de deixar claro àquele que está lendo este texto a definição dos conceitos e sua distinção. Disenso representa o desacordo sobre as estruturas vigentes e a distribuição hierárquica, enquanto o desentendimento se volta ao confronto sobre o reconhecimento de valor da individualidade e identificação dos sujeitos.

¹¹ Assim como é entendido por Rancière, a polícia não é boa nem ruim, da mesma forma que existem estruturas policiais ruins, há também as boas. A questão policial é parte intrínseca da estrutura social, a questão é que ela não deve suprimir a ação política em prol de produzir uma hierarquia inquestionável e alicerçada sobre a desigualdade, exploração nem exclusão de grupos menores e marginalizados no meio público (Rancière, 1996).

A atenção está centralizada, nesse momento, sobre a questão do integrante validado e do integrante invalidado, agentes do palco social do conflito. A partir do momento em que a polícia começa a distribuição social dos nomes entre aqueles que possuem uma *parte* no meio social e a exclusão daqueles que não possuem parte nenhuma, ocorre que os indivíduos que não são contados, que não possuem *parte*, não serão considerados integrantes válidos socialmente, apenas materialmente (Rancière, 1996). Os *sem-part*e exercem apenas a força necessária para serem vistos e considerados como mão de obra necessária, mas de forma alguma são vistos como integrantes socialmente reconhecidos, são considerados atores inaptos para o palco social, são seres humanos isolados de uma esfera ética social pré-estabelecida dentro daquela tribo ou sociedade. É intrigante pensar sobre essa construção do indivíduo como o ponto que fundamenta a ação política e mantém o alicerce daquela comunidade, mas que não é considerado parte dela.

Assim como foi antecipado por Maquiavel, há a ideia da validade do indivíduo em referência à própria estrutura estatal, pois o pensador italiano é claro quando coloca que a origem do princípio não é de real importância para o povo geral, apenas para os bajuladores. Aquilo que a grande massa busca é apenas um governante que pode lhes prover o necessário para a sobrevivência. Se o líder conseguir oferecer isso, independentemente de sua origem, terá o apoio do povo (Maquiavel, 2010). Aquilo que a maior parte da sociedade busca é a estrutura que os reconhece como integrantes e os faz sentir pertencentes. Dessa maneira, o local de poder é um vazio de relação entre o sujeito, o governante e o objeto: o povo em geral.

Essas duas concepções de Maquiavel, o poder como um lugar de disputa e a liberdade (ou a vida livre) como finalidade e motivo das lutas políticas pelo poder, são ideias seminais para a concepção lefortiana do poder democrático como um lugar vazio e para a noção de democracia radical, conforme podemos ler na obra de Chantal Mouffe. (FALABRETTI, 2020, p. 892):

Muito se discute sobre como esse “lugar vazio”¹², ou vazio, como foi chamado

¹² Sobre a discussão referente ao vazio que a política pode ocupar, podemos citar autores como Lefort, Falabretti, Merleau-Ponty, entre outros. Cada pensador irá trabalhar essa estrutura de uma forma característica e pessoal. De forma a ficar mais direta a nossa discussão sobre o tema, pensaremos no conceito da seguinte forma: a ideia do vazio do espaço político também tem relação com o vazio do poder, a luta de reconhecimento deve tomar esse espaço de forma momentânea, jamais de forma permanente. A partir do momento em que o vazio é tomado e preenchido por algo que não cede mais aquele espaço, ele toma toda a política para si, tornando-se o dominador daquele espaço impedindo que haja a possibilidade de outros participarem desse vazio. A estrutura

anteriormente, deve ser entendido. Rancière apresenta-nos uma resposta que leva à seguinte conclusão: este espaço não pode ser preenchido pela ação política contemporânea, pois a sociedade vive um momento em que a política e a democracia passam por discussões acaloradas e descontextualizações conceituais sobre sua validade e aplicabilidade. Uma das áreas em que se pode observar a questão da descontextualização é quando se discute a ação da democracia em relação à igualdade entre os indivíduos no meio social.

O pensador argelino não vê na democracia uma estrutura governamental, mas, sim, como a execução da política em geral. Dessa forma, Rancière leva a uma percepção estética da política quando a relaciona com o conceito de espaço, ou seja, política é democracia, democracia é estética, estética é espaço, mas espaço para o que exatamente? Para a possibilidade do ato político. A partir desse momento, é possível identificar a relação do pensamento de Rancière com o conceito de vácuo, porque a política age no espaço vazio preenchido pela estética.

Mostra-se necessário considerar algumas críticas direcionadas à percepção de Rancière sobre política, como a possibilidade de o ato no meio público transformar a política em algo ocasional, que pode ou não ocorrer. Autores discorreram de forma a relatar que a percepção do pensador argelino poderia levar à extinção da política, pois haveria momentos inoportunos para a política ou poderia não haver momentos para sua existência. Entretanto, ao voltar a percepção para o ato político e para a reivindicação do espaço público para a sua ação, percebe-se que ela tem maiores possibilidades do que lhe é atribuída, não ficando restrita aos planaltos ou congressos nacionais ou internacionais, mas a todo e qualquer espaço que é ou torna-se público, como as praças e as avenidas. Esses locais são vistos de forma atrativa para a produção desses conflitos sociais.

Também é possível pensar em reuniões mais mundanas, como um grupo de moradores que se reúnem para discutir com o síndico sobre a situação atual do condomínio, um grupo de vizinhos que se reúne para discutir a insegurança em seu bairro, as reuniões de pais e mestres que discutem sobre a qualidade do ensino de seus filhos ou sobre o mau comportamento das crianças, e assim por diante. Há em inúmeros exemplos que retratam a política cada vez mais mundana e mais distante da elitização que foi sua marca no processo racional iluminista.

Com o advento do reconhecimento mundano da política, por consequência da democracia, seus agentes ativos também se tornam cada vez mais comuns. O enfoque não está

que se utiliza de forma saudável o vácuo do poder é aquela que utiliza de forma ideal a questão da democracia como espaço. Podemos concluir que é o vácuo onde está o palco da ação política, por isso o vácuo é considerado o espaço da ação e reivindicação do público

mais nos grandes nobres, burgueses ou nos grandes latifundiários que ditavam o que era o certo ou errado em uma sociedade. Aparece, agora, o carteiro, o pedreiro ou qualquer outra profissão que é vista como distante da possibilidade e da realidade política. Esses atores ganham a possibilidade de reivindicação.

Os que anteriormente estavam separados do meio político, agora são agentes ativos dessa construção, não apenas servos que buscam um mestre para seguir cegamente por um instinto conservador de sua natureza social (La Boétie, 2017), mas indivíduos que têm sua participação no meio democrático validado pela própria ação do conflito social. O indivíduo também busca a sua liberdade e o reconhecimento no meio político, que antes lhe era negado pela privação gerada pela alienação que lhe era imposta por sua função empregatícia (Rancière, 2012). Rancière destaca a função da educação e da percepção estética como desenvolvedores desse instinto libertador.

Segundo os gregos, a democracia tinha por característica a liberdade, pois apenas quem possuía a dádiva da liberdade era um agente que participava do meio político. Era ruim e perigoso estabelecer um conflito ou tornar possível a existência de um conflito com aqueles que antes não tinham liberdade. Em consonância com o pensamento da política ligada com a liberdade, da mesma forma que reconhece a existência de uma busca incessante dos indivíduos pela liberdade no agir político moderno (Constant, 2019).

Assim, seguindo a crítica de Rancière, o ódio à democracia e a sua a crise resultam, em parte, da ameaça a esse sistema oligárquico — travestido de democracia — fundado na invenção política moderna, descritas por Constant e Lefort: a liberdade individual para poucos. Entretanto, o século XX confronta a democracia com a experiência íntima e vascularizada da liberdade individual, sobretudo quando, por exemplo, consideramos as lutas identitárias e emancipatórias, as lutas por direitos civis em diferentes lugares do mundo, os eventos em torno do maio 68 e a reação de estudantes e trabalhadores contra as ditaduras militares, como ocorreu na América Latina. A gestão oligárquica da democracia, em resumo, foi confrontada com experiências e demandas por uma liberdade difusa e, ao mesmo tempo, concreta. (FALABRETTI, 2020, p. 903)

A liberdade é a característica do homem válido socialmente, da mesma forma que para ter valor precisa ser libertado. Aqueles chamados “sem-partes”, excluídos da conta social por meio do erro policial, não têm a liberdade de reivindicar uma participação no meio político democrático, pois não são vistos como participantes dessa característica tão valiosa. Contudo,

para os antigos, ela era direcionada à vida pública; já para os modernos, a liberdade que buscam é a particular, fato esse incentivado pelas estruturas governamentais vigentes na contemporaneidade (Rancière, 2014b). Afastar os indivíduos do meio público, da possibilidade de política, é necessário para que as estruturas oligárquicas não sofram questionamentos nem privações. Dar ao indivíduo a falsa impressão de atividade política já é o suficiente, como o ato de votar, que simbolizaria a participação e a valorização da concordância entre as partes referentes às escolhas que serão tomadas pelo bem da nação. Dessa maneira, tanto a democracia como o voto são sinônimos de participação política ativa, pois é a marca daqueles que possuem liberdade para intervir nas decisões políticas (Falabretti, 2020).

A democracia, que originalmente foi concebida e entendida como o processo de participação dos indivíduos no meio público, agora é limitada ao ato de levantar cedo em um domingo, a cada dois anos¹³, para votar em um indivíduo que melhor condiz com a convicção pessoal do ser, ou naquele que menos se afasta das crenças pessoais, e depois voltar para uma vida de busca desenfreada para pagar as contas parceladas em inúmeras vezes, a fim de satisfazer a necessidade consumista criadas pelo capitalismo agressivo contemporâneo.

Considerações finais

É possível chamar a estrutura governamental contemporânea de democracia? O ato político pode ser considerado válido quando ocorre a cada dois anos de “participação” em uma decisão, dita geral, como uma ação ativa dos indivíduos que compõem a sociedade? A liberdade econômica que é desejada de forma descontrolada na sociedade contemporânea é marcada pela aquisição de bens.

Enquanto os indivíduos buscam possuir cada vez mais, mais as empresas produzem pensando sobre a obsolescência programada de seus produtos, que é realizada para que seja necessário ter sempre um novo modelo a cada período. Uma liberdade acorrentada em uma comercialização da felicidade que está fundamentada sobre o marketing social apresentado e oferecido nas redes sociais como o prêmio daqueles que seguem simples fórmulas de “gurus”. Fórmulas como levantar-se extremamente cedo e não reclamar jamais de uma situação desagradável e revoltante aparentam ser cada vez mais uma forma de distração e alienação dos membros, do afastamento do público e do desinteresse dos agentes sociais pela questão

¹³ Consideramos as eleições intercaladas para presidente e governadores, prefeitos e vereadores.

política, desejando que esses se afoguem cada vez mais nas bolhas sociais e afastem-se da ação política.

Dessa forma, cada vez mais as estruturas oligárquicas conquistam seu desejo de levar os indivíduos para longe do conflito social. A democracia encontra-se em crise, pois foi descontextualizada e transformada em uma estrutura que se apoia e se fundamenta na busca pessoal e abandona por completo o público (Lucas, 2023), baseando-se em uma liberdade que se esqueceu que os demais integrantes também são indivíduos merecedores de participar do meio político e compartilham do desejo de serem reconhecidos no meio público. Contudo, cada vez que fazem essa reivindicação, esses grupos são marginalizados como indivíduos que desejam se sobrepor no meio social, enquanto buscam o reconhecimento de que partilham de uma mesma característica, que é a capacidade racional e sensitiva de mundo (Rancière, 2009).

Seguindo a perspectiva de como a democracia, mesmo distante de seu uso original, continua a ser um nome atrativo e cativante quando aparece nas narrativas políticas, é perceptível a caminhada das sociedades para uma nova estrutura política, direcionando-se para um período pós-político ou pós-democrático. É lícito ver que a diferença massiva de integrantes que compõem os Estados, o desenvolvimento agressivo do capitalismo e o descontrole tecnológico contemporâneo¹⁴ aparentam que finalmente se alcançou temor descrito por Tocqueville: a democracia já não consegue satisfazer os desejos dos seus integrantes e caminha para a sua própria condenação (Magalhães, 2000).

A sociedade contemporânea caminha em direção a uma estrutura política baseada sobre a questão do ético, um consenso inquestionável (Rancière, 2014b). Entretanto, é possível esperar que apareça uma nova estrutura democrática diferente da que é vista até o momento? A resposta é afirmativa¹⁵. Entretanto, é possível perceber algo no meio dessa transição: o conceito de uma estrutura homogênea, fundamentada em uma estrutura consensual. Assim como é entendido por Jacques Rancière, Chantal Mouffe e outros pensadores chamados de democratas radicais, este cenário apresenta-se como o pior possível para o desenvolvimento da política e da democracia.

¹⁴ Devemos considerar que optamos por chamar o agressivo e rápido processo de desenvolvimento tecnológico de descontrole, pois, é notável que esse fato é um dos objetos de maior atenção nas discussões sobre o desenvolvimento humano, como o advento de uma tecnologia com características tão avançadas impacta no indivíduo e na sociedade, desde seu processo de crescimento natural, com o passar da idade, até sua relação com o próximo, substituindo ou não as interações sensitivas pelas computadorizadas. Contudo não é de nosso interesse, neste momento, adentrar a essa discussão de forma exaustiva e detalhada.

¹⁵ De forma a simplificar o entendimento do leitor e o decorrer da escrita do texto, optamos por chamar essa “nova estrutura” de pós-democracia ou pós-política. Reforçando que esse conceito de pós-democracia é um conceito já aplicado na análise política contemporânea quando se discute o desenvolvimento de novos meios governamentais, também é um conceito utilizado por Rancière.

Referências

- CONSTANT, Benjamin. **A liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Tradução de Leandro Cardoso Marques da Silva. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2019.
- FALABRETTI, Ericson Sávio. Liberdade e democracia em conflito. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 32, n. 57, p. 886-908, set./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/1980-5934.32.057.AO07>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- FERRY, Luc. **7 maneiras de ser feliz: como viver de forma plena**. São Paulo: Editora Objetiva, 2018.
- LA BOÉTIE, Étinne de. **Discurso sobre a servidão voluntária**. São Paulo: Edipro, 2017.
- LELO, Thales; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Democracia e pós-democracia no pensamento político de Jacques Rancière a partir das noções de igualdade, ética e dissenso. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online], v. 00, n. 15, p. 349-374, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315905604_Democracia_e_pos-democracia_no_pensamento_politico_de_Jacques_Ranciere_a_partir_das_nocoes_de_igualda_de_etica_e_dissenso. Acesso em: 26 set. 2022.
- LUCAS, Luis Felipe Garcia. **Rancière e a crise na estrutura democrática contemporânea**. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S. l.], ano. 8, ed. 3, v. 2, p. 40-49, março de 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/filosofia/estrutura-democratica>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O princípio**. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.
- MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do populismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 2, n. 03, p. 11-26, out. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- PLOT, Martín. **The aesthetic-political: the question of democracy in Merleau-Ponty, Arendt, and Rancière**. Nova Iorque: Bloomsburry Academic, 2014.
- PONDÉ, Luiz Felipe. **Contra um mundo melhor: Ensaios do afeto**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- RANCIÈRE, Jacques. “A política é imaginação” Entrevista com Jacques Rancière. [Entrevista concedida a] **Melina Balcázar Moreno**. Tradução de Cepat. **Milenio**, 14 jul. 2018. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/78-noticias/581209-a-politica-e-imaginacao-entrevista-com-jacques-ranciere>. Acesso em 11 de nov. de 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **Ainda se pode falar de democracia?** 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

RANCIÈRE, Jacques. Como sair do ódio? Uma entrevista com Jacques Rancière. [Entrevista concedida a] **Eric Aeschimann**. *Le Nouvel Observateur*, 07 fev. 2016, reproduzida por **Blog da Boitempo**, 10 maio 2016. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/185-noticias/noticias-2016/554939-como-sair-do-odio-uma-entrevista-com-jacques-ranciere>. Acesso em: 11 de dez. de 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O inconsciente estético**. Tradução de Monica Costa Netto. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **Questões de limites: Arte, política e ética hoje**. Tradução de Jorge Leandro Rosa. Lisboa: KKYM, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. 2. ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014b.

RANCIÈRE, Jacques; PANAGIA, Davide; BOWLBY, Rachel. Ten theses on politics. **Theory & Event**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 1-33, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/tae.2001.0028>. Acesso em: 26 jan. 2024.